

DEFESA CIVIL DE SP ENVIA 15 ALERTAS E REGISTRA RAJADAS DE VENTO DE ATÉ 92,6 KM/H NA MADRUGADA DESTE SÁBADO

GABINETE DE CRISE MONITORA AS CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS E EQUIPES SEGUEM MOBILIZADAS EM DIFERENTES REGIÕES DO ESTADO

Imagene: Divulgação/Governo de São Paulo



Até as 5h deste sábado, foram registradas 25 ocorrências em municípios paulistas, com uma pessoa ferida, 23 desabrigadas e 66 desalojadas

A Defesa Civil de São Paulo enviou 15 alertas Cell Broadcast para diferentes regiões do estado durante a noite de sexta-feira (11) e a madrugada deste sábado (12), após a evolução das condições meteorológicas registradas. Os avisos alcançaram municípios do Litoral, Vale do Ribeira, sudoeste, oeste, região de Sorocaba, Grande São Paulo e regiões de Campinas, Bauru e Piracicaba, entre outras áreas.

As equipes permanecem mobilizadas para atendimento de ocorrências e acompanhamento do cenário meteorológico. O Gabinete de crise

do Governo de SP também monitora a evolução das condições em diferentes pontos do estado.

Até as 5h deste sábado, foram registradas 25 ocorrências em municípios paulistas. O balanço aponta uma pessoa ferida, 23 desabrigadas e 66 desalojadas. No mesmo período, foram registradas rajadas de vento de até 92,6 km/h na madrugada deste sábado (12).

As ocorrências seguem em atendimento pelas equipes, que continuam atuando em diferentes regiões de São Paulo.

O GOVERNO DE SP DISPONIBILIZA A

DELEGACIA ELETRÔNICA DE PROTEÇÃO ANIMAL (DEPA)

Um canal exclusivo para receber denúncias online e de forma anônima.

Desde 2023, já foram **quase 50 mil denúncias** registradas, fortalecendo a proteção aos animais.

Além do canal de denúncias, SP avança na causa animal com **leis mais rígidas de proteção** e com o programa Pro Pet SP,

que vai realizar mais de **52 mil castrações gratuitas** em centenas de municípios.

FAÇA SUA DENÚNCIA EM: www.webdenuncia.sp.gov.br

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

DISQUE DENÚNCIA 181

Telefone gratuito e anônimo

CRM / RO 9457

DR. LUCAS BRITO

CLÍNICO GERAL

O atendimento em Nutrologia vai além do tratamento de sintomas

é sobre investigar causas e a real fonte do problema.

E acima de tudo construir um resultado duradouro.

Experiência em:

- Nutrologia clínica
- Modulação hormonal
- Medicina da obesidade
- Menopausa

Agende já sua consulta!!

Agende pelo QR Code

Dr. Lucas Brito
NUTROLOGIA E EMAGRECIMENTO

[dr.lucasbritoo](https://www.instagram.com/dr.lucasbritoo) | 69 99996-1402



ALLEGRO VOCALE
APRESENTA

Matilda

O MUSICAL



25^e
26
Set
2026

TEATRO MUNICIPAL
DR. LOSSO NETTO
PIRACICABA - SP

COMPRE ON-LINE EM
SYMPLA.COM.BR

PATRULHA MARIA DA PENHA DE PIRACICABA PASSA A ATENDER POR NOVO WHATSAPP

CANAL DE ATENDIMENTO AGORA É O (19) 99210-8040; PATRULHA TAMBÉM MANTÉM OUTROS CONTATOS DE APOIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Imagem: Prefeitura Piracicaba



A Patrulha Maria da Penha atende ocorrências relacionadas à mulheres vítimas de violência doméstica e familiar

A Patrulha Maria da Penha, da Guarda Civil Metropolitana de Piracicaba, está com um novo número de WhatsApp para atendimento: (19) 99210-8040.

Criada em 2017, a corporação teve suas diretrizes e área de atuação definidas pelo Decreto Municipal nº 17.791, em 2019. A patrulha tem como missão proteger, prevenir, monitorar e acompanhar mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, assegurando a

efetividade da Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

A atuação é feita em parceria com outros órgãos municipais, como o Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM), com acolhimento humanizado e encaminhamentos adequados para garantir a segurança e a proteção das vítimas em todas as etapas do processo.

Além do WhatsApp da Patrulha, mulheres em situação de violência podem buscar ajuda pela Guarda Civil Metropolitana de Piracicaba, no 153, com plantão 24h; pela Delegacia da Mulher, no (19) 3433-7022, também em plantão 24h; pelo CRAM, no (19) 3374-7499; e pela Central de Atendimento à Mulher, no 180, 24h.

PET

Mania

Piracicaba

BANHO E TOSA,

RAÇÕES E ACESSÓRIOS

FONE:

3433-9997

WHATSAPP:

19-99110-9913

AV BARÃO DE SERRA NEGRA, 856

VILA REZENDE - PIRACICABA-SP

BORDEIIRAS DA

ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA

Urubatão

Linhas que bordam,

gestos que transformam!

TODAS AS

QUARTAS-FEIRAS

das 14h às 16h

SEDE DA ASSOCIAÇÃO

ESPÍRITA URUBATÃO

Rua Fernando Febellano

da Costa, 1828

São Judas - Piracicaba/SP

RENTA REVERTIDA

para ações assistenciais

desenvolvidas pela

Associação.

PAGAMENTO

PIX ou dinheiro

@associacaoespiritaurubatao

@bordadeirasdourubatao

Cada ponto carrega amor,

cada peça transforma vidas!

PONTO ZERO

Aqui, a informação vai direto ao ponto.

SEU ANÚNCIO

PODE ESTAR AQUI!

TAMANHO 1080X1080

(IGUAL DO INSTAGRAM)

R\$ 100,00

POR 1 MÊS

PROMOÇÃO LIMITADA!

19 9 9811-6124

CHAME AGORA PELO WHATSAPP!

f

ig

dk

yt

@portalpontozero

www.portalpz.com.br

JORNAL PONTO ZERO

Fundado em 2025 — Edição nº 82 | Setembro de 2026 | 08 Páginas

Diretor Geral: Luciana Carboni

Editor-Chefe: Felipe Carboni

Revisão: Luciana Carboni

Diagramação e Arte: Felipe Carboni

Contato:

19 9 9811-6124

pontozeronoticias@gmail.com

Distribuição gratuita

WWW.PORTALPZ.COM.BR

PORTAL PONTO ZERO

f

ig

dk

yt

@PORTALPONTOZERO



Complexa Demais para ser óbvia

O UNIVERSO FEMININO EM FOCO

por

LUCIANA CARBONI

@lucianadebateaberto



A DEMOCRACIA INCOMPLETA



Democracias não se tornam incompletas quando faltam mulheres em seus parlamentos. Tornam-se incompletas quando passam a considerar essa ausência algo natural. O problema começa no instante em que a sub-representação deixa de provocar incômodo e passa a ser tratada como uma característica do sistema, quase uma fatalidade histórica. Afinal, como explicar que um país onde as mulheres são maioria da população, maioria do eleitorado e protagonistas da vida econômica e social continue produzindo espaços de poder onde elas permanecem como exceção? Há perguntas que insistem em sobreviver porque a resposta nunca interessou suficientemente a quem tem o privilégio de não precisar formulá-las.

Durante muito tempo, a justificativa foi simples, quase confortável: as mulheres não participariam da política porque não teriam interesse por ela. A explicação, embora conveniente, sempre escondeu uma inversão de responsabilidades. Não se trata de perguntar por que elas não chegam. A pergunta correta é por que o caminho continua tão estreito. A política brasileira foi construída sobre estruturas de poder que privilegiam relações consolidadas, redes de influência e uma lógica de pertencimento historicamente masculina. Entrar nesse ambiente exige muito mais do que disposição para disputar uma eleição. Exige romper barreiras invisíveis, enfrentar resistências silenciosas e provar, repetidas vezes, uma competência que raramente é exigida na mesma medida de seus colegas homens.

Há uma travessia que começa muito antes da campanha eleitoral. Ela passa pelos partidos, que frequentemente cumprem as cotas de candidaturas femininas enquanto concentram recursos financeiros, tempo de propaganda e apoio político nas candidaturas consideradas mais competitivas — curiosamente, quase sempre as mesmas de sempre. Passa também pela vida cotidiana. Enquanto muitos homens conseguem dedicar-se à atividade política tendo a vida doméstica

como retaguarda, inúmeras mulheres acumulam jornadas que tornam o exercício da liderança uma equação permanentemente desequilibrada. A política cobra tempo, exposição e disponibilidade. A sociedade ainda cobra delas tudo o mais.

Existe, porém, uma camada ainda menos visível. O poder continua carregando uma imagem masculina. Desde cedo, homens são estimulados a disputar espaços, negociar conflitos e exercer liderança como se isso fosse parte natural de sua trajetória. Mulheres, em contrapartida, aprendem que firmeza pode ser confundida com agressividade, ambição pode soar inadequada e protagonismo frequentemente desperta avaliações que extrapolam qualquer critério técnico. Examina-se sua competência, mas também sua aparência, sua voz, sua maternidade, sua idade e até a maneira como ocupam o silêncio. Não é apenas uma disputa por votos; é uma disputa pelo direito de ser percebida como legítima.

As consequências dessa ausência extrapolam a composição de uma Câmara Municipal, de uma Assembleia Legislativa ou do Congresso Nacional. Democracias não empobrecem apenas quando restringem o acesso ao poder; empobrecem quando limitam a diversidade de experiências capazes de orientar as decisões públicas. A presença feminina não interessa apenas às mulheres. Ela amplia a capacidade de compreender problemas que atravessam toda a sociedade. Educação, saúde, mobilidade, segurança, desenvolvimento econômico e políticas urbanas não possuem gênero, mas são profundamente influenciados pela pluralidade — ou pela falta dela — de quem participa das decisões.

É justamente nesse ponto que o debate costuma ser desviado. Não se trata de defender que mulheres governam melhor por uma suposta superioridade moral ou administrativa. A experiência demonstra que competência e mediocridade distribuem-se com abso-

luta igualdade entre homens e mulheres. A questão nunca foi substituir uma hegemonia por outra. O verdadeiro desafio é compreender que uma democracia representativa perde qualidade quando determinadas vozes permanecem sistematicamente sub-representadas. Quanto mais homogêneo se torna o poder, maiores são as chances de produzir decisões igualmente homogêneas, repetindo prioridades, métodos e pontos cegos.

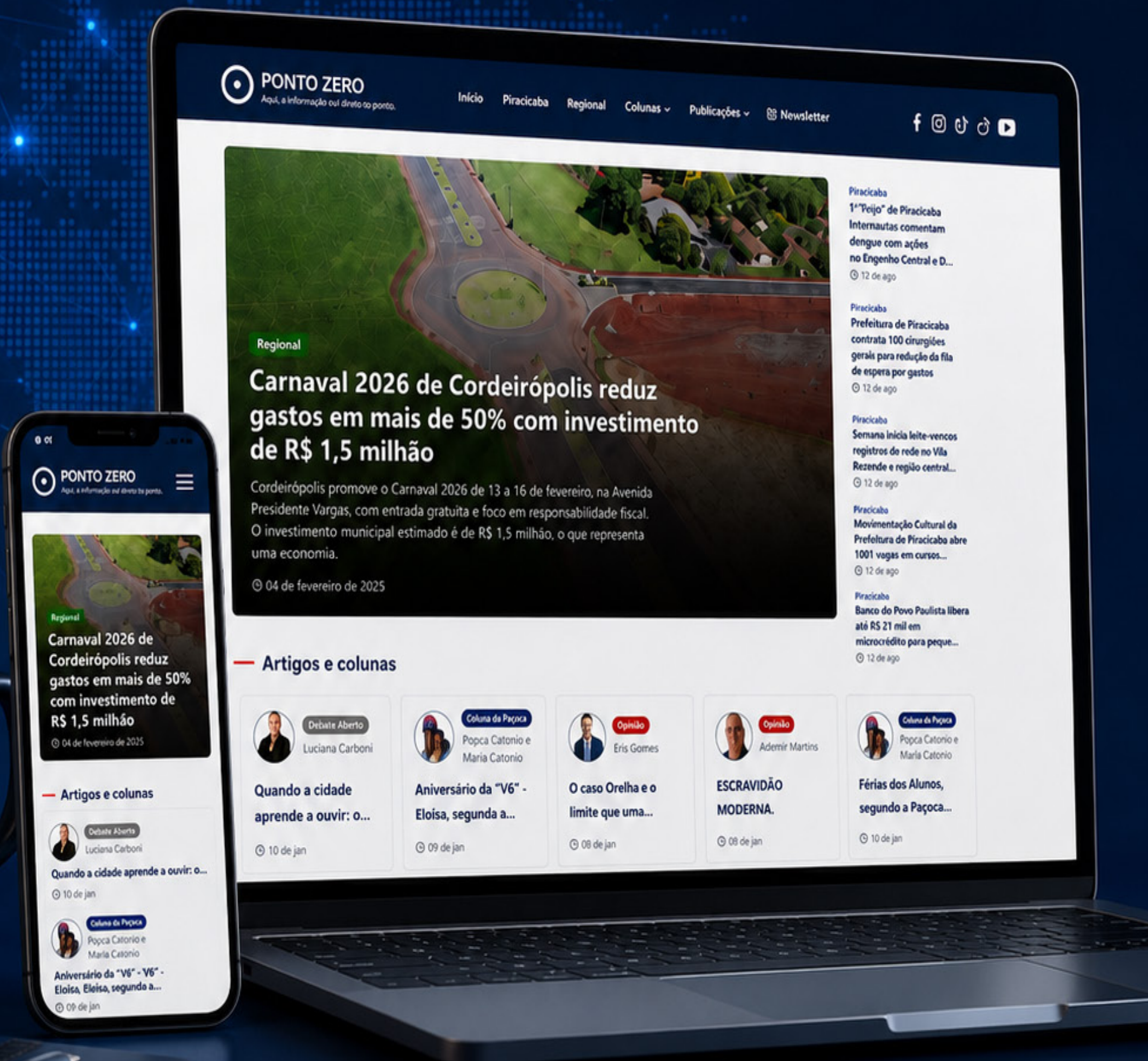
Há ainda um efeito silencioso, mas profundamente transformador. A baixa presença feminina nos espaços de decisão molda aquilo que as novas gerações entendem como possível. Meninas crescem vendo poucas referências de liderança institucional, enquanto meninos continuam assimilando, muitas vezes sem perceber, que comandar é um destino naturalmente masculino. A representação não altera apenas quem ocupa uma cadeira. Ela redefine os limites da imaginação coletiva sobre quem pode ocupá-la.

O Brasil costuma celebrar avanços pontuais como se fossem evidência de uma mudança estrutural. A eleição de algumas mulheres para cargos de destaque rapidamente se transforma em prova de que as barreiras foram superadas. Mas exceções nunca produziram igualdade. Elas apenas demonstram que algumas conseguiram atravessar obstáculos que continuam posicionados diante da maioria. Confundir casos individuais de sucesso com transformação institucional talvez seja uma das formas mais sofisticadas de conservar o desequilíbrio.

Talvez, no fundo, a questão nunca tenha sido por que há poucas mulheres na política. A pergunta realmente desconfortável é outra: por que ainda aceitamos essa realidade com tanta naturalidade? Porque toda vez que metade da sociedade observa os espaços de poder como visitante, e não como protagonista, não é apenas a representação que diminui. É a própria democracia que deixa de ser inteira.

PONTO ZERO

Aqui, a informação vai direto ao ponto.



@portalpontozero

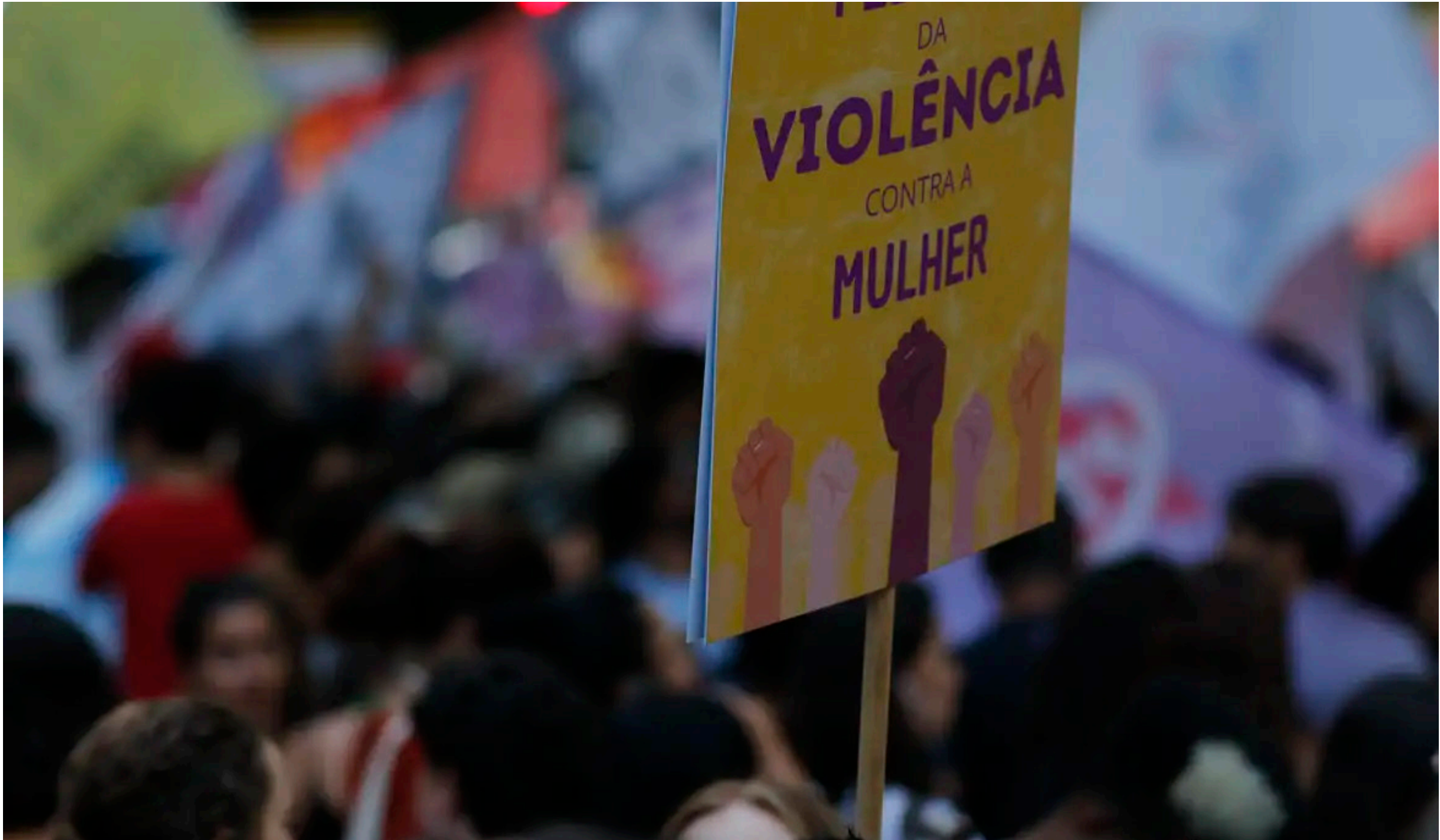


www.portalpz.com.br

PLATAFORMAS TERÃO PRAZO SUGERIDO DE 15 DIAS PARA INFORMAR CANAIS DE DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

OFÍCIO DE TRÊS SECRETARIAS BUSCA APRIMORAR A ORIENTAÇÃO DO LIGUE 180 PARA CASOS DE VIOLÊNCIA PRATICADA OU DISSEMINADA PELA INTERNET

Imagem: Fernando Frazão/Agência Brasil



Ofício de três secretarias busca aprimorar orientação do Ligue 180

As plataformas digitais terão prazo sugerido de 15 dias para informar ao governo federal como funcionam seus canais e mecanismos de denúncia de violência contra mulheres no ambiente digital. O pedido foi encaminhado em ofício conjunto pelas Secretarias de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Ministério das Mulheres.

A iniciativa tem como objetivo reunir informações que permitam qualificar o atendimento prestado pelo Ligue 180, especialmente na orientação a mulheres vítimas de violência praticada ou disseminada pela internet. O documento pede às empresas detalhes sobre os fluxos adotados para receber notificações, o que deve ajudar a ampliar a resposta aos casos atendidos pelo serviço.

Segundo o texto, a medida busca aprimorar a orientação oferecida pelo Ligue 180. O ofício é assinado pelas

três secretarias e trata da forma como as plataformas recebem denúncias relacionadas à violência contra a mulher no ambiente digital.

O pedido foi publicado em 11/09/2026, em Brasília, e não detalha quais empresas foram notificadas nem quais mecanismos específicos deverão ser informados ao governo federal.

PROCON-SP ALERTA PARA GOLPE QUE ALTERA QR CODE DO PIX EM COMPRAS ONLINE

FRAUDE EM LOJAS VIRTUAIS SUBSTITUI CÓDIGO LEGÍTIMO DE PAGAMENTO E PODE DESVIAR DINHEIRO PARA CONTAS DE CRIMINOSOS

Imagem: Divulgação/Governo de São Paulo

O Procon-SP orienta consumidores a redobram a atenção nas compras feitas pela internet após identificar uma nova modalidade de golpe que altera o QR Code do Pix exibido nas páginas de pagamento de lojas virtuais. A fraude também pode atingir a opção de pagamento por copia e cola do Pix e, segundo o órgão, pode desviar o dinheiro para contas de criminosos.

A recomendação é que o consumidor não confira apenas o valor da compra antes de autorizar a transação. É preciso verificar os dados do destinatário que aparecem no aplicativo do banco, observando se nome e CNPJ correspondem à empresa onde a compra foi realizada ou, quando o pagamento for processado por uma instituição de meio de pagamento, se os dados coincidem com a empresa ou instituição indicada no processo.

Se houver divergência ou surgir um destinatário desconhecido, sem relação com a loja ou com a insti-

tuição responsável pela transação, o pagamento não deve ser concluído. De acordo com o Procon-SP, essa conferência é uma etapa importante para identificar possível adulteração do QR Code ou do código Pix copia e cola.

Caso o consumidor perceba que fez um Pix para um destinatário diferente daquele ligado à compra, a orientação é entrar imediatamente em contato com o banco ou com a instituição de pagamento, informar que se trata de golpe e solicitar a contestação da transação e a devolução dos valores pelo Mecanismo Especial de Devolução (MED 2.0). Também é preciso comunicar o ocorrido à loja, guardar todos os registros da operação e dos contatos feitos com o fornecedor e com a instituição financeira. O Banco Central ampliou os prazos de uso do MED tanto pelo consumidor quanto pelo lojista, de 30 para 80 dias após o recebimento ou o envio da transação equivocada.



Se houver divergência ou aparecer um destinatário desconhecido, que não tenha relação com a loja ou com a instituição de pagamento responsável pela transação, o consumidor não deve concluir o pagamento.

